

## História e retrospectiva da **deficiência visual**

A deficiência visual compreende a cegueira e a baixa visão. Segundo a 10<sup>a</sup> revisão da Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10), considera-se baixa visão o valor da acuidade visual corrigido no olho de melhor visão sendo  $<0,3$  e  $\geq 0,05$  ou seu campo visual  $< 20^\circ$  no olho de melhor visão com a melhor correção. Considera-se cegueira quando a acuidade visual está abaixo de 0,05 ou o campo visual é menor que  $10^\circ$ . O Censo Demográfico de 2010 evidencia que 18,8% da população brasileira possui deficiência visual e, desse total, 3,5% é acometida por deficiência visual grave.

Embora o acometimento da cegueira e seus significados estejam inseridos na história da humanidade, é importante ressaltar que o reconhecimento da baixa visão (visão subnormal) com abordagem clínica e educacional no uso da visão residual, começou a ser praticado somente no início do século XX. Nas sociedades primitivas, os cegos eram inexistentes, e esta afirmação pode ser justificada por meio das práticas seletivas e segregacionistas exercidas tais como: o infanticídio, a morte prematura, o abandono das pessoas que

adquiriram a cegueira ou ainda por causa da invisibilidade no meio público, devido ao isolamento forçado.

Os povos hebreus consideravam as pessoas cegas indignas, porque acreditavam que a cegueira se originava dos pecados cometidos, evidenciando, assim, como uma forma de castigo.

Na Idade Média, a cegueira era vista como um castigo ou atribuída como vingança. Na época das Cruzadas, 300 soldados franceses tiveram seus olhos arrancados pelos muçulmanos. Para o atendimento a esses soldados, Luís XIII (1260) fundou em Paris o asilo de *Quinze-Vingts*, destinado exclusivamente à assistência às pessoas cegas. Com esse asilo, tem início o reconhecimento social da pessoa cega e a demonstração da necessidade de um programa institucional para reabilitá-la. Entretanto, a criação do asilo teve, na época, outro caráter, visando recolher e isolar os cegos mendigos que viviam nas ruas de Paris.

Com o Cristianismo, a pessoa cega passou a ser dignificada e vista como eleita de Deus, estabelecendo-se aí um dualismo para essas pessoas, que eram vistas ora com virtudes, ora como pecadoras.

No século XVIII, essa visão supersticiosa foi substituída pela visão organicista advinda dos primeiros conhecimentos anatomofisiológicos do cérebro, do olho e de suas respectivas estruturas. Entre os séculos XVIII e XIX houve um avanço na educação das pessoas cegas e, em 1784, é criada, por Valentin



Em 1973, o médico otorrinolaringologista Gabriel Oliveira da Silva Porto fundou o Centro de Reabilitação Gabriel Porto (Cepre), que teve como primeira coordenadora Terezinha Von Zuben

Hauy, a escola residencial denominada Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. Nesse período, outros institutos foram criados na Europa e nos Estados Unidos, adotando o mesmo modelo.

Em 1829, Louis Braille criou o Sistema Braille que é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas. Com a combinação de seis pontos dispostos em duas fileiras é possível gerar 63 símbolos que formam as letras do alfabeto, os números, os símbolos matemáticos, químicos, físicos e as notas musicais.

No século XX, foram criadas as primeiras escolas para crianças com baixa visão, destacando-se a Escola de Míopes (Londres) e a *Perkins Institute for the Blind* (EUA). Em 1913, foi criada em *Roxbury* (EUA), a primeira escola inclusiva que defendia a inclusão de crianças com deficiência visual em classes de crianças com visão normal, prática que impera nos dias atuais.

A primeira iniciativa no Brasil para garantir à pessoa cega o direito à cidadania foi praticada pelo Imperador D. Pedro II com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, hoje denominado Instituto Benjamin Constant. Outras iniciativas foram realizadas em outros Estados, como a fundação dos Institutos São Rafael (1926), em Belo Horizonte; Padre Chico (1927), em São Paulo; Santa Luzia (1935), em Porto Alegre; Instituto de cegos na Bahia (1936), entre outros. Em 1946 foi criada, em São Paulo, a Fundação

para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada Fundação Dorina Nowill.

Apesar das primeiras clínicas para atendimento às pessoas com baixa visão serem datadas do início da década de 1970, a Escola Estadual Carlos Gomes (Campinas), na década de 1950, já realizava atendimentos educacionais distintos aos escolares cegos e com baixa visão.

Em 1973, o médico otorrinolaringologista Gabriel Oliveira da Silva Porto fundou o Centro de Reabilitação Gabriel Porto, hoje denominado Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto (Cepre), que teve como primeira coordenadora Terezinha Von Zuben. Começou a funcionar realizando o atendimento às pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva no prédio da Cruzada das Senhoras Católicas, localizado no centro de Campinas. Em 1979, os professores Newton Kara José e Keila M. Monteiro de Carvalho, identificaram a necessidade da criação do Serviço de Visão Subnormal na clínica oftalmológica da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e, em 1982, esse serviço começou a ser implantado com a parceria do Cepre.

Em 1997, o Cepre mudou-se para o *campus* da Unicamp. A partir de 2001, foram criados o Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação (DDHR) e o curso de Graduação em Fonoaudiologia para a formação interdisciplinar de profissionais na área da deficiência visual. A criação do mestrado, em 2008, e do doutorado, em 2015, em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas e avanços na área de deficiência visual. 

---

Profa. Dra. Maria Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto  
Pedagoga, docente do Departamento de Desenvolvimento Humano e  
Reabilitação da FCM, Unicamp